

RECEITA FEDERAL DO BRASIL – 8ª RF

***REGIMES ADUANEIROS
ESPECIAIS***

Tópicos a serem abordados

- ❖ Breve conceito de Regime Aduaneiro
- ❖ Regime especial de Admissão Temporária
- ❖ Casos Práticos

BREVE CONCEITO DE REGIME ADUANEIRO

Regime Aduaneiro deve ser entendido como o tratamento aplicável às mercadorias submetidas a controle aduaneiro, de acordo com as leis e regulamentos aduaneiros, segundo a natureza e objetivos da operação.

1) Regime Aduaneiro Comum, relativo a importações a título definitivo com pagamento ou redução dos tributos;

2) Regimes Aduaneiros Especiais, em suas mais variadas espécies, distinguem-se do Regime Comum de Tributação pela suspensão ou isenção de tributos incidentes nas operações de Comércio Exterior.

Importância Econômica dos Regimes Aduaneiros Especiais

- ✓ Desoneração ou suspensão de tributos;
- ✓ Competitividade do produto nacional no mercado internacional;
- ✓ Transporte de mercadorias estrangeiras com suspensão de tributos;
- ✓ Armazenamento de mercadorias estrangeiras;
- ✓ Facilitação de operações de comércio exterior;
- ✓ Efeito positivo na Balança Comercial;
- ✓ Integração do País com o exterior;
- ✓ Etc... .

Alguns Regimes Aduaneiros Especiais relacionados à exportação, importação ou ambos:

- ❑ Trânsito Aduaneiro;
- ❑ Drawback;
- ❑ Entrepasto Aduaneiro;
- ❑ Exportação Temporária;
- ❑ Exportação Temporária para Aperfeiçoamento Passivo;
- ❑ Admissão Temporária;
- ❑ Admissão Temporária para Aperfeiçoamento Ativo;
- ❑ Depósito Especial - DE;
- ❑ Regime de Entrepasto Industrial sob Controle Aduaneiro Informatizado - RECOF
- ❑ Etc... .

Admissão Temporária X Convenção de Istambul

▣ Congresso Nacional aprovou:

- ▶ Por meio do Decreto Legislativo nº 563, de 6 de agosto de 2010, a adesão da República Federativa do Brasil ao texto da Convenção Relativa à Admissão Temporária, conhecida como Convenção de Istambul, celebrada em 26 de junho de 1990;

Ratificação

- ▶ Governo Brasileiro ratificação da referida Convenção junto à Organização Mundial de Aduanas (OMA) em 4 de novembro de 2010;

Admissão Temporária X Convenção de Istambul

▣ **Objetivos:**

- ▶ Multiplicação e dispersão das convenções aduaneiras internacionais de admissão temporária não é satisfatória;
- ▶ Desejo manifestado pelos representantes do comércio de facilitar o cumprimento das formalidades de admissão temporária;
- ▶ Simplificação e a harmonização dos regimes aduaneiros ;
- ▶ Vantagens substanciais nas trocas comerciais internacionais.

Admissão Temporária X Convenção de Istambul

Regulamentação:

- ✓ Decreto nº 6.759, de 06/02/09
- ✓ Decreto nº 7.545, de 2011 – Convenção de Istambul
- ✓ IN RFB nº 1.361, de 22/05/2013:
 - Revoga/ Altera vários atos normativos, tais como:
 - IN SRF nº 285/03
 - IN SRF nº 747/07
 - IN SRF nº 069/91
 - e mais 36 Instruções Normativas

Admissão Temporária X Convenção de Istambul

O regime de Admissão Temporária permite:

- ✓ a importação de bens estrangeiros, sob controle aduaneiro;
- ✓ a permanência por prazo certo, com a suspensão total ou parcial dos tributos.

Admissão Temporária X Convenção de Istambul

Tributos Suspensos:

- ✓ Imposto de Importação – II
- ✓ Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI
- ✓ PIS/Pasep-Importação
- ✓ Cofins-Importação
- ✓ Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante – AFRMM
- ✓ Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados e álcool etílico combustível – CIDE
- ✓ ICMS, de acordo com o Convênio ICMS 58/99

Admissão Temporária X Convenção de Istambul

Modalidades de Admissão Temporária :

✓ Suspensão Total:

- Não detém caráter econômico;
- Procedimento simplificado e diferenciado

✓ Suspensão Parcial (Utilização Econômica)

- Prestação de serviços; ou
- Produção de outros bens

✓ Aperfeiçoamento Passivo

- Industrialização, conserto, reparo ou restauração de bens estrangeiros

Admissão Temporária x Convenção de Istambul

Carnê ATA:

Procedimento diferenciado em Admissão Temporária:

- ✓ Importações com suspensão total de tributos;
- ✓ Formado por Títulos de Admissão Temporária;
- ✓ Garantia válida internacionalmente para os tributos suspensos;
- ✓ Amparado por instituições nomeadas pelas autoridades nacionais e aprovada pela Câmara de Comércio Internacional - CCI;
- ✓ Entrada e saída dos bens admitidos temporariamente de maneira ágil e simples;
- ✓ Bens não podem ser utilizados para fins comerciais;
- ✓ Validade de até 01 (um) ano.

Admissão Temporária X Convenção de Istambul

Condições para concessão do regime especial:

- ☐ Importação em caráter temporário;
- ☐ Importação sem cobertura cambial;
- ☐ Adequação dos bens à finalidade para o qual foram importados;
- ☐ Utilização dos bens em conformidade com o prazo de permanência; e
- ☐ Identificação dos bens

Caso prático – Postergação de pagamento de Tributos

Promoção Comercial

Contribuinte “X” requer a importação temporária de máquinas declarando como finalidade a “Promoção Comercial” em *show room* nas dependências de sua empresa;

Pesquisa realizada junto aos sistemas da RF demonstra que tais máquinas foram importadas, por várias ocasiões pela empresa, nas mesmas condições;

Conclusão pela utilização indevida do regime como forma de postergação do pagamento dos tributos aduaneiros, desvirtuando as premissas da suspensão total dos tributos aduaneiros, quais sejam, caráter temporário e adequação à finalidade para que os bens foram importados;

Indeferimento da concessão do regime especial.

Caso Concreto –
Prorrogações sucessivas x Contrato
de longa duração

- Contribuinte solicita prorrogações sucessivas de curta duração com pagamento proporcional de tributos para mercadoria em regime de Admissão Temporária em Utilização Econômica;
- Contrato interno de prestação de serviço revela que a permanência do bem é de longa duração;
- Caracterização do pagamento parcelado de tributos;
- Indeferimento da prorrogação do regime.

Admissão Temporária X Convenção de Istambul

Prazos

Concessão com Suspensão Total:

- ▶ 6 (seis) meses, prorrogáveis automaticamente por mais 6 (seis) meses;

Concessão com Suspensão Parcial (Utilização Econômica):

- ▶ Prazo previsto no contrato de importação entre o beneficiário e a pessoa residente ou domiciliada no exterior, prorrogável na mesma medida deste.

Termo de Responsabilidade:

➤ Constituição do Termo de Responsabilidade:

- ✓ Declaração de Importação – DI

➤ Consequências da nova determinação legal:

- ✓ Documento hábil para execução do Crédito Tributário: DI
- ✓ Execução no rito do Processo Administrativo Fiscal – PAF (Decreto nº 70.235/72): Multa de Ofício e Multa pelo descumprimento do regime.

Admissão Temporária X Convenção de Istambul

Fato Gerador

Fato Gerador Temporal do Imposto de Importação:

- Entrada da mercadoria estrangeira no território aduaneiro.

Fato Gerador para efeito de cálculo dos Tributos Aduaneiros:

- Suspensão Total: na data do registro da declaração de importação de consumo (DI)
- Suspensão Parcial (Utilização Econômica): na data da concessão do regime (Declaração de Admissão – DA)

Caso Concreto – Ex-Tarifário x Fato Gerador

- Pedido de Ex-tarifário no momento da nacionalização da mercadoria admitida temporariamente com pagamento proporcional de tributos, em face da utilização econômica;
- Fato gerador do tributo é o registro da DI de admissão, portanto válidas as regras daquele momento;
- Não existindo a redução fiscal à época da admissão, há que se falar em Ex-tarifário publicado posteriormente;
- Recolhimento dos tributos sem Ex-tarifário e sem multa de ofício, se corretamente descrita a mercadoria na DI (ADI SRF nº 13/02).

Admissão Temporária X Convenção de Istambul

Extinção da aplicação do regime:

- 1- Reexportação;
- 2- Entrega à RFB;
- 3- Destruição, sob controle aduaneiro, às expensas do beneficiário;
- 4- Transferência para outro regime aduaneiro especial; ou
- 5- Despacho para consumo.

Admissão Temporária X Convenção de Istambul

Descumprimento do Regime

I - Despacho para consumo:

- 1) Tributos aduaneiros;
- 2) juros de mora;
- 3) multa de ofício (75%);
- 4) multa pelo descumprimento do regime (10% do valor aduaneiro); e
- 5) Licença de importação (quando exigível).

II – Reexportação:

- Multa pelo descumprimento do regime (10% do valor aduaneiro)

III – Apreensão da mercadoria:

- 1) Licenciamento vedado ou suspenso e não realizada a reexportação;
- 2) Não solicitação de LI, quando exigível;
- 3) Apresentação de documentação falsa ou adulterada no despacho aduaneiro.

Caso Concreto – Documento Falso x Cobertura Cambial:

- Importação temporária com utilização econômica de parque industrial por empresa do ramo alimentício;
- Informação falsa de ausência de cobertura cambial da mercadoria;
- Declaração prestada pelo importador viciada, descaracterização do regime;
- Aplicável a pena de perdimento da mercadoria, em face da falsidade ideológica de documento instrutivo do despacho.

Caso Concreto – Sublocação x Prestação de Serviço

- Sublocação pelo beneficiário dos bens admitidos temporariamente para utilização econômica;
- Descaracterização do regime, pois a prestação do serviço deve ser realizada pelo próprio beneficiário.
- Locação do bem transfere a 3º pessoa no País a qualidade de prestador do serviço, portanto desvirtuando a finalidade da importação do bem.
- Início da execução do termo de responsabilidade, em face do desvio de finalidade.

Caso Concreto x Condição Resolutória imposta no Contrato de Comodato

- Concedida importação temporária de equipamentos com suspensão de tributos por 03 (três) meses, com prorrogação por 01 (um) ano;
- Pedido de novo Regime de Admissão Temporária:
 - .Contrato de Empréstimo na espécie Comodato:
 - .Condição Resolutória: desfazimento do negócio em face de não atendimento de especificações técnicas do equipamento (evento futuro);
 - .Cláusula Pagamentos: não devolução de sinal (cobertura cambial);
- Descaracterização do regime: verdade material da operação (Operação de Compra e Venda);
- Indeferimento da concessão do novo regime especial de Admissão Temporária.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL
– 8ª Região Fiscal

Obrigada!